

A. I. N.º - 299762.0203/07-3
AUTUADO - COMERCIAL DE ALIMENTOS CLEVAL LTDA.
AUTUANTE - JONALDO FALCÃO CARDOSO GOMES
ORIGEM - INFAZ JACOBINA
INTERNET - 13/09/2007

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0297-03/07

EMENTA: ICMS: 1. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTA FISCAL NO REGISTRO DE ENTRADAS. MERCADORIA SUJEITA A TRIBUTAÇÃO. Descumprimento de obrigação acessória. Multa de 10% do valor comercial das mercadorias não escrituradas. Infração reconhecida pelo sujeito passivo. 2. ENTRADAS DE MERCADORIAS. FALTA DE CONTABILIZAÇÃO. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A falta de contabilização de entradas de mercadorias indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Infração elidida em parte. 3. DIFERENÇA DE ALIQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE BENS DESTINADOS AO ATIVO FIXO DO ESTABELECIMENTO. FALTA DE RECOLHIMENTO. Infração reconhecida pelo autuado. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 27/06/2007, reclama ICMS no valor total de R\$4.311,88, com aplicação das multas de 60% e 70%, e aplicação de penalidade por descumprimento de obrigação acessória no valor de R\$17.226,00, em razão de três infrações:

Infração 01- Entrada de mercadorias sujeitas a tributação sem o devido registro na escrita fiscal. Multa no valor de R\$17.226,00.

Infração 02- Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não registradas. ICMS no valor de R\$3.586,88, acrescido da multa de 70%.

Infração 03- Falta de recolhimento da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras Unidades da Federação destinadas ao ativo fixo do próprio estabelecimento. ICMS no valor de R\$725,00, acrescido da multa de 60%.

O autuado manifesta-se à fl. 24, impugnando o valor de R\$1.283,79, referente à Nota Fiscal nº 4683, objeto da imputação referente ao mês de março/2003 no item 02 do lançamento de ofício, alegando que, sem motivo que fosse do seu conhecimento, a empresa emitente do referido documento fiscal retornou as mercadorias conforme Nota Fiscal nº 4767, datada de 06/03/2003, sem cientificá-lo, o que tornou impossível o registro do documento. Aduz que fica claro que não houve, por parte do sujeito passivo, a infração aludida em relação a essa nota fiscal, em função da documentação que acosta ao processo. Às fls. 25, 26 e 27, constam cópias das Notas Fiscais nº 4767 e 4683, e de páginas de seu livro Registro de Entradas.

À fl. 30, o autuante apresenta informação fiscal acatando as alegações defensivas, considerando que o “contribuinte apresentou cópia autenticada da Nota Fiscal nº 004767 emitida pela empresa” Nordeste Irecê Atacadão de Alimentos e Bebidas, e seu referido registro, conforme cópia também autenticada de seu livro Registro de Entradas. Aduz que a Nota fiscal nº 004767 está discriminada como devolução de mercadorias referente à Nota Fiscal nº 4683, emitida para o autuado.

Consta, à fl. 32, demonstrativo do sistema SIGAT/SEFAZ com pagamento do débito de ICMS no valor de R\$20.254,09, atinente às infração 01 e 03, e parte do débito relativo à infração 02 do presente Auto de Infração.

VOTO

O lançamento de ofício cobra ICMS relativo a imputações descritas no relatório, baseadas em demonstrativos e documentos presentes no processo, conforme descrito no corpo do Auto de Infração.

No mérito, em relação às infrações 01 e 03, e à exigência de imposto relativa aos meses de fevereiro, julho e agosto de 2002, bem como aos meses de janeiro, abril e julho de 2003, débitos reconhecidos pelo sujeito passivo, considero-os procedentes, inexistindo controvérsia.

Em relação à Nota Fiscal nº 004767, com cópia à fl. 25, conforme afirmado pelo autuado, e reconhecido pelo autuante, seu registro encontra-se demonstrado à fl. 26 do processo, na cópia do livro Registro de Entradas do contribuinte, pelo que está parcialmente elidida a infração 02. Assinalo ainda que, conforme alegado na peça defensiva e acatado pelo autuante, no corpo da Nota Fiscal nº 004767 consta a informação de que a mesma se refere à devolução das mercadorias discriminadas na Nota Fiscal nº 004683.

Em face do exposto, voto pela procedência parcial do presente Auto de Infração, subsistindo, tal como lançadas, as imputações 01 e 03, devendo ser homologado o valor recolhido pelo contribuinte, conforme demonstrativo do sistema SIGAT/SEFAZ à fl. 32, com pagamento do débito de ICMS no valor de R\$20.254,09, atinente às infração 01 e 03, e parte do débito relativo à infração 02 do presente Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **299762.0203/07-3**, lavrado contra **COMERCIAL DE ALIMENTOS CLEVAL LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento de imposto no valor total de **R\$3.028,09**, acrescido das multas de 60% sobre R\$725,00 e de 70% sobre R\$2.303,09 previstas respectivamente, nos incisos II, “f”, e III do artigo 42 da Lei nº 7.014/96, e dos os acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$17.226,00** prevista no inciso IX do artigo 42 da mencionada Lei, e dos acréscimos moratórios previstos na Lei nº 9.837/05, devendo ser homologado o valor recolhido.

Sala das Sessões do CONSEF, 05 de setembro de 2007

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA - RELATORA

OLAVO JOSÉ GOUVEIA OLIVA - JULGADOR